



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 007/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2025

### Termo de Contrato Administrativo Oriundo de Dispensa de Licitação para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços

A Câmara Municipal de São Geraldo da Piedade, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Praça Raul Soares, nº 150 - Centro – CNPJ: 26.214.445/0001-68, neste ato representado pelo Vereador Presidente, **Sr. Waldiomar Rodrigues Santiago**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Empresa **Carvalho e Carvalho Suprimentos ME**, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 72 – Bairro Centro, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF nº 03.702.919/0001-15, neste ato representada por Emerson de Carvalho Andrade, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 759.262.026-04 e portador do RG nº. M -5.801.426, e-mail institucional [fiscalcxavier@hotmail.com](mailto:fiscalcxavier@hotmail.com) doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas cláusulas e normas da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, decorrente do Processo de Contratação Direta por meio de Dispensa de Licitação nº 007/2025, e pelas condições que estipulam a seguir: ([§ 1º do art. 89 da lei nº 14.133/2021](#))

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÃO DO OBJETO** - Nos termos do aviso de contratação, termo de referência e proposta apresentada pelo **CONTRATADO** o objeto deste instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toner para manutenção das impressoras da câmara municipal, conforme planilha em anexo e proposta apresentada pelo contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO** – durante todo o prazo de vigência e de execução do objeto do presente contrato, o **CONTRATADO**, manterá todas as condições regulares de habilitação, qualificação técnica conforme exigido nos atos convocatórios, proposta apresentada e demais atos que tenha declarado conhecimento prévio. ([Inciso II do art. 92 da lei nº 14.133/2021](#)).

**CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO** – a execução do contrato está diretamente vinculada às normas internas de regulamentação de gestão e fiscalização dos contratos, com fulcro nos dispositivos da lei nº 14.133/2021, e estão entendidas como cláusulas contratuais o disposto nos atos convocatórios, termo de referência e proposta que serviço de referência para celebração deste contrato. ([Inciso III do art. 92 da lei nº 14.133/2021](#))

**CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO E A FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO** – o regime aplicável ao objeto deste contrato de execução indireta, feita pelo contratado. ([Inciso IV do art. 92 da lei nº 14.133/2021](#))

**4.1** – A execução do objeto deste contrato não será admitida a subcontratação em parte ou na totalidade, sendo a execução exclusivamente responsabilidade do CONTRATADO.

**4.2** – A forma de pagamento obrigatoriamente será a transferência bancária por meio eletrônico, após a comprovação da liquidação da despesa pelo fiscal do contrato previsto



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, sendo exigível nos pagamentos das parcelas decorrentes deste contrato a comprovação da situação fiscal, previdenciária e trabalhista do contratado de forma regular.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - O valor total do contrato é de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais), conforme planilha em anexo. *(Inciso V do art. 92 da lei nº 14.133/2021)*

**5.1** - No valor global do contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.2** - Os pagamentos serão realizados conforme especificado no Termo de Referência, e nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

**5.2.1** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

**5.2.2** - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, pelo fiscal do contrato.

**5.3** - Os preços praticados serão fixos e irredutíveis.

**5.4** - A ordem cronológica de pagamento, de acordo com a apresentação, sendo necessário a observação das normas do II do § 3º do art. 169 da lei nº 14.133/2021;

**CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO** – A execução do objeto desse contrato será conforme cronograma de execução elaborado e aprovado entre as partes, evidenciando a conclusão e análise dos resultados alcançados com a contratação na conclusão do objeto. *(Inciso VI e VII do art. 92 da lei nº 14.133/2021)*

**6.1** – A execução definirá prazo para o cumprimento das seguintes etapas:

**6.1.1** - Prazos de início da execução, devendo este ser de no máximo 24h (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem de fornecimento.

**6.1.2** - as aquisições ocorrerão conforme necessidade do órgão e as entregas deverão ocorrer dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

**6.1.3** – Prazo para dar solução aos casos de observação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO** – A execução correrá a conta do crédito orçamentário previsto no Orçamento Municipal de 2025, que apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue: *(Inciso VII do art. 92 da lei nº 14.133/2021)*

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO DA DOTAÇÃO	NOMENCLATURA	FONTE
00001036.0103121022.206.33903600000– FICHA 34	Manutenção dos serviços de informática e gerenciamento de sistemas – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15000

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZOS DE RESPOSTAS** – A Câmara responderá no prazo de até 30 (trinta) dias do protocolo do pedido de reapreciação de preços, quando for cabível e



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

o mesmo prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA NONA – GARANTIAS** – No presente contrato está dispensada a apresentação de garantias pelo **CONTRATADO**, para assegurar a execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES** – Este Contrato Administrativo é formado por acordos recíprocos de vontade com a finalidade de gerar obrigações também recíprocas entre os contratantes com o intuito de obter resultados que são de interesse público.

**10.1** – São obrigações da **CONTRATADA**, além das previstas no Termo de Referência:

**10.1.1** – Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente contrato.

**10.1.2** – Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Termo de Referência, sua proposta e demais atos anexos ao processo de contratação direta, que são parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

**10.1.3** – Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la na execução do contrato.

**10.1.4** – Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**10.1.5** – Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**.

**10.1.6** – Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo da **CONTRATADA** com seus fornecedores, prestadores de serviços e empregados.

**10.1.7** – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no inciso XVI do art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

**10.1.8** – Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações, notificações relacionadas com o objeto fornecido.

**10.1.9** – Disponibilizar o objeto negocial de forma parcelada, caso requeira a Administração e de acordo com as necessidades da Câmara.

**10.1.10** – A **CONTRATADA** se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança do serviço ofertado, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação desse às exigências do Termo de Referência.

**10.1.11** – A **CONTRATADA** deve cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.1.12** – O prazo de garantia mínima do objeto é aquele definido no termo de referência, respeitados os prazos mínimos definidos na Lei nº 14.133/2021, normas legais ou normas técnicas existentes.

**10.2** – São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

**10.2.1** – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor (es) especialmente designado(s) conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.2** – Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos no § 1º do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.3** – As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da unidade administrativa para as devidas providências, conforme dispõe o § 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.4** – Verificar e fiscalizar as condições técnicas da **CONTRATADA**, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.

**10.2.5** – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor e época estabelecidos na Cláusula Quarta.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO OBJETO** - A vigência deste Contrato é até 31 de dezembro de 2025, contados a partir de sua assinatura, conforme Termo de Referência.

**11.1** – O empenho para garantir ao **CONTRATADO** o direito de registro contábil, nos termos deste contrato será realizado do tipo “*Empenho Global*”, nos termos do § 3º do art. 60 da Lei nº 4.320/64, correspondente a parcela a ser executada dentro do exercício financeiro.

**11.1.1** - O empenho deverá estar expresso que se trata do valor total do contrato a ser pago em várias parcelas dentro do exercício.

**11.1.2** - O valor a ser empenhado de forma global será limitado a etapa do exercício financeiro, quando o contrato possuir vigência que ultrapassa o exercício vigente, será apostilado no final do exercício e empenhado o restante das parcelas vincendas, de forma global, nos exercícios seguintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES** - Poderão ser aplicadas as seguintes sanções a **CONTRATADA** em decorrência do não cumprimento das cláusulas contratuais e nos casos de cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**12.1** - Advertência;

**12.2** - Multa compensatória entre 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado;

**12.3** - Impedimento de licitar e contratar;

**12.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.5** - O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

**12.6** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.7** - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.8** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no percentual de 10% (dez) por cento da obrigação não cumprida.

**12.9** - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Cláusula.

**12.10** - As sanções previstas nos itens 12.1, 12.3. e 12.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 12.5, nos termos do § 7º do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO** - A extinção do contrato poderá ser:

**12.1** - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**12.2** - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

**12.3** - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**12.4** - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

**12.5** - Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.6** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO DO CONTRATO** - Caberá a CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgá-lo em seu sítio eletrônico oficial.

**14.1** - A divulgação do contrato no PNCP deverá observar o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, como condição de eficácia do negócio jurídico. Em caso de obras, deverá ser atendido o § 3º do art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO** - Para os conflitos jurídicos oriundos do presente instrumento, fica eleito o foro da Comarca do CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

Assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Câmara Municipal de São Geraldo da Piedade - MG, 12 de junho de 2025.

**Waldiomar Rodrigues Santiago**  
CONTRATANTE:  
Presidente

**Carvalho e Carvalho Suprimentos ME**  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

1 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DA PIEDADE

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

## ANEXO I – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	Nome: CARVALHO & CARVALHO SUPRIMENTOS LTDA	
				CNPJ: 03.702.919/0001-15	
				VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	7	SERV.	RECARGA DE TONER BROTHER DCP-8150DN	50,00	350,00
2	7	SERV.	RECARGA DE TONER BROTHER DCP-L2540 DW	40,00	280,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>630,00</b>